

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Brasil Class.: 1275

Data: 10/01/90 Pg.: 01.05



Marcelo Régua

**Governo terá
reserva para
garimpeiros**

Os garimpeiros expulsos de Roraima pela Operação Ianomâmi serão assentados em três reservas extrativistas no estado, como anunciou ontem o ministro da Justiça, Saulo Ramos, que espera concluir, até sexta-feira, um acordo global para a transferência dos garimpeiros. A medida contraria decisão da Justiça de outubro de 1989, que interditou toda a área dos índios e a Floresta Nacional, onde estão as reservas destinadas ao garimpo.

Em Boa Vista, 10 mil pessoas no aeroporto receberam com aplausos o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma. Garimpeiros e suas famílias consideram a presença de Tuma em Roraima um sinal de que o governo pode desistir da expulsão. Tuma, que revelou ter estado com o presidente Sarney, de quem recebeu orientação, disse que os garimpos nas áreas indígenas terão que ser desativados. (Página 5)

Cerca de 10 mil garimpeiros foram ao aeroporto de Boa Vista esperar o delegado Romeu Tuma

Governo criará reservas

para garimpeiros expulsos

BRASÍLIA — O ministro da Justiça, Saulo Ramos, anunciou no final da tarde de ontem que o governo decidiu assentar em três áreas de Roraima os 40 mil garimpeiros que serão retirados das áreas dos índios ianomâmis. Estas áreas, discutidas e aprovadas em conjunto com a Associação dos Garimpeiros de Roraima, englobam, segundo o ministro, parte da Floresta Nacional situada no estado.

A decisão anunciada pelo ministro da Justiça, no entanto, contraria frontalmente a liminar concedida em outubro do ano passado pelo juiz da 7ª Vara Federal em Brasília, Novelty Vilanova da Silva Reis, que, atendendo ação movida pelo Ministério Público Federal, ordenou a interdição dos nove milhões de hectares que supõe pertencerem aos índios ianomâmis. A área interditada pelo juiz inclui, além da região indígena já demarcada pela Funai, toda a Floresta Nacional.

Pendência judicial — Ao tomar conhecimento do anúncio feito pelo ministro, o subprocurador-geral da República, Carlos Vítor Muzzi, que solicitou a liminar, disse que o governo não pode passar por cima da Justiça permitindo o assentamento dos garimpeiros em áreas da Floresta Nacional. “O dono da ação é o Ministério Público e o governo não pode contrariar a liminar que interditou toda a área que historicamente pertence aos índios”, disse Carlos Vítor Muzzi. Ele não quis adiantar que providência adotará a partir da decisão anunciada por Saulo Ramos. “Quero antes ver publicada a declaração do ministro”, completou o subprocurador.

Pendência judicial à parte, o ministro da Justiça enumerou ontem todas as medidas já acertadas pelo governo para retirar os garimpeiros da área indígena. As medidas são parte do acordo entre o governo e os garimpeiros, que o ministro Saulo Ramos espera concluir no máximo até sexta-feira. Entre elas, estão o cadastramento das pistas de pouso existentes em toda a área indígena, a destruição das pistas que não forem utilizadas para a prestação de saúde e assistência aos ianomâmis, a entrega de todas as armas que estiverem em poder dos garimpeiros, o cadastramento de todos os garimpeiros, a hospitalização dos doentes e o julgamento dos que têm passado criminoso.

As medidas estabelecem ainda a não-apreensão dos equipamentos dos garimpos, o compromisso dos garimpeiros de ajudar no financiamento da construção de escolas e hospitais para atender os índios e o uso de equipamentos que evitem a poluição do mercúrio nas novas áreas onde serão assentados.

Em Boa Vista, no início da tarde, o diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma já havia adiantado as medidas do governo às cerca de 10 mil pessoas que foram recepcioná-lo no aeroporto.

— Estamos tentando encontrar uma solução menos traumática para os trabalhadores e para a população de Roraima — disse Tuma, aplaudido pela multidão. “A pretensão do governo não é causar o caos social em Boa Vista, pois assim teríamos que ficar o resto da vida aqui tentando coibir possíveis desordens”, afirmou Tuma.

Esperança — A presença do diretor-geral do DPF era vista pelos garimpeiros como a última esperança de que o governo suspenda o decreto de retirada, e serviu para acalmar os ânimos da população que lotou a Praça do Garimpeiro em protesto pela operação da Polícia Federal no aeroporto. Tuma, porém, garantiu que a Operação Selva Livre continuará bloqueando a pista principal do Aeroporto de Boa Vista, ocupando campos de pouso na periferia e impedindo que aviões decole para os garimpos.

Segundo Tuma, o governo pensa em revisar o Projeto Meridiano 62, de autoria do governador Romero Jucá, que estabelece a criação de quatro reservas garimpeiras em áreas de Floresta Nacional, para onde serão levados os trabalhadores expulsos de Roraima. Lá, eles se instalarão em pequenas empresas e cooperativas. Não será permitida a garimpagem individual.

Novos trajetos driblam polícia

BRASÍLIA — O aparato montado pela Operação Ianomâmi está sendo facilmente desmontado pelos donos de garimpos estabelecidos nas áreas indígenas. A interdição de pistas em Roraima, inclusive a do Aeroporto de Boa Vista, fez com que os garimpeiros colocassem em prática duas opções que já haviam sido testadas anteriormente: aeronaves estão sendo abastecidas e carregadas com alimentos no Aeroporto de Barcelos, no Amazonas, e no Aeroporto de Caracarái, burlando todo o esquema de fiscalização colocado em ação pelos estrategistas da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden), Funai, Polícia Federal e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Balsas carregadas com combustível levam 24 horas de viagem de Manaus a Barcelos, onde os pequenos aviões que atuam nos garimpos são abastecidos sem qualquer tipo de repressão. “Essa operação foi montada apenas para dar satisfação aos ecologistas do Sul, mas foi feita por pessoas que desconhecem a região”, diz um dono de garimpo que atua na região da Serra Parima, extraíndo cassiterita em área controlada pelo empresário Tomé Mestrinho, irmão do

ex-governador amazonense Gilberto Mestrinho.

Os líderes dos garimpeiros ironizam a decisão da Polícia Federal de jogar milhares de panfletos na região, conclamando-os a deixar as áreas indígenas. Com as pistas clandestinas próximas a Boa Vista interditadas, os garimpeiros também estão utilizando a pista de Caracarái, totalmente asfaltada e sem qualquer tipo de fiscalização. “Todos os donos de garimpo esto-caram alimentos para garantir a sobrevivência por pelo menos 30 dias, pois acreditam que essa operação não terá condições de se manter por um prazo prolongado”, revelou um líder garimpeiro.

Além do ouro, há um interesse especial pelo potencial estanífero das áreas ianomâmis, o que chega a preocupar até mesmo o cartel mundial do estanho, preocupado com a queda acentuada dos preços no mercado internacional, de US\$ 12 mil para US\$ 6.900 a tonelada. Em algumas áreas da Serra Parima, foram descobertas jazidas de cassiterita com teor de 75,3% de estanho, um dos maiores registrados em todo o mundo. (R.B.)

Boa Vista — Marcelo Régua



Tuma foi aplaudido pelos garimpeiros ao chegar a Boa Vista

Área ianomâmi é cobiçada há quase 20 anos

Ronaldo Brasiliense

BRASÍLIA — Um dos grupos indígenas mais numerosos do Brasil, os ianomâmis têm também um dos mais baixos índices de expectativa de vida — apenas 29 anos, segundo estudos da Missão Evangélica do Vale do Amazonas (Meva), que há anos atua nas áreas indígenas de Roraima. A cobiça de grupos econômicos e de garimpeiros em torno do mineral existente nas terras ianomâmis começou ainda nos anos 70, com os primeiros estudos divulgados pelo extinto Projeto Radam (Radar para a Amazônia) e, principalmente, após a conclusão do projeto Catrimani-Urariquera desenvolvido pela Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM), no fim dos anos 70.

— Em 1979 anunciamos a descoberta de grandes quantidades de ouro no leito do Rio Couto de Magalhães — revela o geólogo João Orestes, da CPRM no Amazonas, que participou dos trabalhos. A CPRM ainda tentou executar pesquisas racionais dentro das áreas ianomâmis, com apoio e aprovação da Funai, mas teve sua pretensão vetada por Brasília através de gestões do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

— Não conseguimos quantificar o

potencial aurífero da área com sondagens geológicas, mas constatamos ocorrência de ouro nos rios Mucajá e no Auaris. Lá, o ouro está associado a uma seqüência rochosa, a green stone belts, semelhante às existentes no Canadá, Austrália e África do Sul, onde há grande ocorrência de ouro — diz João Orestes.

Desde 1975 — A CPRM realizou levantamentos aéreos nas áreas indígenas e descobriu 16 corpos potencialmente estaníferos no Auaris, alto Catrimani e alto Mucajá. E a Companhia Vale do Rio Doce chegou a cubar numa dessas áreas 15 mil toneladas de cassiterita. João Orestes lembra que ainda em 1975 estourou o garimpo na área Surucucu, onde existem várias aldeias ianomâmis e os garimpeiros chegaram a tirar da área, antes de serem expulsos, 700 toneladas de cassiterita.

O geólogo ressalta, ainda, que há nas terras indígenas antigas ocorrências de diamante e ametistas, tório e molibdênio e há perspectiva de petróleo e gás natural na bacia do Tacutu. “Próximo ao Rio Repartimento, a oeste de Caracará, descobrimos depósitos de fosfato e barita, mineral utilizado na indústria petrolífera, mas nunca conseguimos cubar a quantidade de mineral existente”, conta.

João Orestes assegura que nenhuma empresa mineradora tem alvará de pesquisa na área ianomâmi e calcula que, só nos três últimos anos, foram retiradas 40 toneladas de ouro de Roraima. “A produção de ouro na Amazônia está avaliada em 2 bilhões de dólares anuais, o que, só com a tributação, garantiria 300 milhões de dólares em impostos”, revela.

Tuma impede que palácio episcopal seja invadido

BOA VISTA — O diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, reagiu com energia a um grupo de garimpeiros exaltados que tentou invadir o palácio episcopal, residência oficial do bispo diocesano de Roraima, Dom Aldo Mongiano, ontem a tarde, gritando palavras de ordem contra o fechamento dos garimpos no estado; os manifestantes pediam insistentemente a cabeça do religioso, que é tido como o inimigo público número um dos garimpeiros, pois defende há dez anos que as comunidades indígenas ianomâmis devem ser mantidas isoladas do contato com o homem branco. O objetivo era agredir o bispo fisicamente.

A tentativa de invasão ocorreu no momento em que Tuma se reunia em sala reservada com dom Aldo. No tumulto, a principal avenida de Boa Vista, próximo ao Palácio 31 de Março, a sede do governo estadual, teve o tráfego interrompido. Os garimpeiros atearam fogo no gramado da Praça Central da capital e só se afastaram com a saída de Romeu Tuma. O pelotão de choque da PM foi acionado e o fogo debelado por soldados do Corpo de Bombeiros.

“Se houver qualquer ameaça de hostilidade, suspendo qualquer negociação”, disse Tuma aos garimpeiros. Ele deixou a sala do bispo correndo em direção ao portal principal e levantou os braços, ordenando que ninguém entrasse. Os garimpeiros continuaram acampados em frente ao palácio do governo.

Há um mês dom Aldo Mogiano se queixou ao ministro da Justiça, Saulo Ramos, de que estava recebendo ameaças de morte por telefone. Recusou proteção da Polícia Federal e acusou os garimpeiros de serem os autores das ameaças.

“Minha luta não se encerrará enquanto não for decidido pela segurança do índio. Nenhuma ameaça vai me deter”, avisou o bispo. Os garimpeiros o responsabilizam por toda essa campanha desencadeada contra os garimpos em áreas indígenas dos ianomâmis.